



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>

ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

Políticas públicas e direitos de alunos com alergia à PLV no município de São Luís

Public policies and rights of students with allergies to cow's milk powder in the municipality of São Luís

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3428

ARK: 57118/JRG.v9i20.3428

Recebido: 23/05/2026 | Aceito: 26/05/2026 | Publicado on-line: 27/05/2026

Valdinete Pereira de Souza

Centro Universitário Santa Terezinha – CEST, São Luís, MA, Brasil
E-mail: valdinete.souza@cest.edu.br

Lia Renata Costa Gomes

<https://orcid.org/0000-0002-7442-2172>

<http://lattes.cnpq.br/2102150012366944>

Centro Universitário Santa Terezinha – CEST, São Luís, MA, Brasil
E-mail: lia.gomes@cest.edu.br



Resumo

Introdução: O tema central desta pesquisa é a alergia à proteína do leite de vaca (APVL), delimitando-se o tema nas políticas públicas e direitos de alunos com alergia à APLV no município de São Luís. **Objetivo:** Contribuir para com a garantia do direito dos alunos da educação infantil com alergia a proteína do leite de vaca (APLV), a terem uma alimentação adequada e específica às suas necessidades no ambiente escolar. **Materiais e Método:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com abordagem qualitativa, cujos textos foram selecionados em base de dados e plataformas na internet como Scielo, Bireme, PubMed, sites do Ministério da Saúde e da Educação, Periódicos, Google acadêmico, dentre outros, e que deram suporte teórico para atualizar o tema e elaborar a cartilha informativa. **Resultados:** Os resultados destacaram que o acesso das pessoas a uma alimentação adequada às suas necessidades alimentares específicas, são garantidas por legislações, porém, em muitas escolas, esse direito ainda não é respeitado. **Contribuição Científica:** A literatura científica trouxe embasamento para discussão sobre o tema, assim como possibilitou a elaboração de material informativo sobre alimentação específica para crianças com alergia à lactose no ambiente escolar. **Conclusão:** Com a elaboração da cartilha educativa com o tema APVL, pais e professores podem ter acesso a informações precisas e seguras sobre a temática e seus direitos dentro das políticas públicas e que trará benefícios para a saúde de crianças com alergia à lactose.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Crianças. Alergia à proteína do leite de vaca. Material Educativo.

Abstract



Introduction: The central theme of this research is cow's milk protein allergy (CMPA), focusing on public policies and the rights of students with CMPA allergy in the municipality of São Luís. **Objective:** To contribute to guaranteeing the right of early childhood education students with cow's milk protein allergy (CMPA) to have adequate and specific nutrition tailored to their needs in the school environment. **Materials and Methods:** This is a narrative literature review with a qualitative approach, whose texts were selected from databases and online platforms such as Scielo, Bireme, PubMed, websites of the Ministry of Health and Education, periodicals, Google Scholar, among others, and which provided theoretical support to conceptualize the topic and develop the informative booklet. **Findings:** Highlight the main results achieved in the article. Use numbers and statistics, if possible, to make the results more concrete. **Scientific Contribution:** Scientific literature has provided a basis for discussion on the topic, as well as enabling the development of informative material about specific diets for children with lactose intolerance in the school environment. **Conclusion:** With the creation of this educational booklet on the topic of CMPA (Cow's Milk Protein Allergy), parents and teachers can access accurate and reliable information on the subject and their rights within public policies, which will bring health benefits to children with lactose intolerance.

Keywords: Food and Nutrition Education; Children; Cow's Milk Protein Allergy; Educational Material.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vem-se observando um crescimento significativo no número de crianças em idade escolar diagnosticadas com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV). Essa condição impõe cuidados rigorosos tanto aos familiares quanto aos profissionais da escola, a fim de evitar reações adversas que possam comprometer a saúde e o bem-estar dessas crianças. Inseridas, majoritariamente, nas redes públicas de ensino, essas crianças necessitam de atenção especial, principalmente no que se refere ao direito à saúde, à alimentação adequada e à inclusão escolar, conforme asseguram as legislações brasileiras.

Entretanto, muitas escolas públicas enfrentam desafios para garantir esses direitos. As dificuldades vão desde a adaptação do cardápio da merenda escolar até a ausência de capacitação adequada para as manipuladoras de alimentos e demais profissionais da educação, o que compromete a criação de um ambiente acolhedor e seguro. Soma-se a isso a carência de protocolos específicos para o atendimento de crianças com APLV, a ineficiência na fiscalização pelos órgãos competentes e o desconhecimento, por parte de muitos pais, sobre os direitos que assistem seus filhos. Esses fatores contribuem para a situação de vulnerabilidade vivenciada por essas crianças no ambiente escolar.

Alunos com alergia à proteína do leite de vaca enfrentam desafios significativos decorrentes da falta de informações precisas e da insuficiente capacitação dos profissionais escolares para identificar e manejar situações de risco. A presença de crianças com APLV na educação infantil configura-se um cenário cada vez mais frequente no ambiente escolar, representando um grande desafio tanto para a gestão escolar quanto para os profissionais da educação, da saúde e da nutrição (Melo; Silva, 2021).

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tem como finalidade cuidar da promoção de hábitos alimentares saudáveis, conscientizando para o respeito à condição de cada indivíduo. Nesse contexto a escola se apresenta como um ambiente facilitador



para a formação de uma educação alimentar pautada nos direitos dos estudantes que tem necessidades alimentares especiais (Ottoni; Domene; Bandoni, 2019).

Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para o atendimento de estudantes com restrições alimentares, como a APLV, são fundamentais para promover a inclusão, a equidade e o direito ao acesso à educação de forma segura e saudável (Oliveira; Souza, 2022). Tais políticas envolvem desde a elaboração de cardápios específicos e a capacitação de profissionais até a adoção de protocolos rigorosos de segurança alimentar nas unidades escolares (Frota; Costa, 2020).

A substituição do alimento no cardápio escolar é um dos desafios enfrentados por nutricionistas pois muitos desses alimentos não estão disponíveis na lista da merenda escolar fornecida pelo órgão gestor municipal ou estadual. A adaptação dos cardápios especiais é parte da inclusão escolar, e nesse sentido geram impactos no cumprimento par ao alcance dos objetivos da SAN e DHAA (Ottoni; Domene; Bandoni, 2019; Laranjeira, 2022).

A justificativa para abordar o tema veio da preocupação junto a alunos de escolas de educação infantil com APVL, motivando a pesquisar sobre a legislação vigente de forma a contribuir para o conhecimento de pais e professores sobre aspectos relevantes da doença e assim torná-los parceiros de uma alimentação saudável e específica para esses alunos dentro da escola.

A partir do aqui exposto, a elaboração e aplicação de uma cartilha educativa se apresentou como uma estratégia inovadora e necessária para disseminar conhecimentos entre gestores, professores, profissionais da alimentação escolar, alunos e familiares. Ao promover a conscientização sobre a APLV e práticas de prevenção de riscos, a cartilha contribuirá para o aprimoramento das políticas públicas já existentes, estimulando a adoção de medidas que assegurem a inclusão e a segurança alimentar dos estudantes.

Diante do presente contexto o objetivo deste estudo voltou-se para contribuir com a garantia do direito dos alunos da educação infantil com alergia a proteína do leite de vaca (APLV) a terem uma alimentação adequada e específica às suas necessidades no ambiente escolar.

O presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: em primeiro momento traça-se a metodologia utilizada, e em seguida, faz-se uma breve abordagem sobre direitos dos alunos nas escolas com alergia à PLV e, contribuições do Nutricionista no preparo de alimentos para crianças com APVL no ambiente escolar; o terceiro momento apresenta os resultados descrevendo-se a Cartilha Educativa elaborada por esta acadêmica em parceria com a professora\orientadora, direcionada a pais e professores, discutindo-se sobre estudos relacionados com o tema para embasamento; a conclusão destaca a importância do conhecimento sobre as alergias alimentares em crianças da primeira infância, ressaltando a importância do nutricionista na garantia desses direitos no ambiente escolar

2 MATERIAIS E MÉTODO

A elaboração do presente estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura com uma abordagem qualitativa, a fim de analisar, compreender e proporcionar reflexões sobre as políticas públicas direcionadas aos direitos das crianças com APLV no ambiente escolar.

Nesta pesquisa, elaborou-se uma cartilha informativa, por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como suporte livros, revistas, artigos e sites de referência sobre a temática em estudo.

A coleta dos dados deu-se em ambiente acadêmico, como na biblioteca da



Universidade Cest, além de bases de dados online e centros de pesquisas, como plataformas da Scielo, Bireme, PubMed, sites do Ministério da Saúde e da Educação, Periódicos, Google acadêmico, dentre outros. Selecionaram-se publicações datadas de 2017 a 2025, em língua portuguesa e inglesa (estas últimas devidamente traduzidas) cujo contexto contemplavam os objetivos do estudo.

Para selecionar os textos utilizou-se descritores como: alergia à proteína do Leite de vaca, hipersensibilidade ao leite, alimentação infantil, e, legislação.

Os critérios de inclusão deram-se entre as publicações datadas dentro do período estipulado para a pesquisa, textos completos disponíveis e relacionados ao tema de interesse deste estudo; os critérios de exclusão deram-se entre os textos repetidos, que não estavam integralmente disponíveis, resumos de congressos, e aqueles que estivessem fora do contexto do estudo.

O presente trabalho cumpre os aspectos éticos, baseados na Lei n 9.610/1998, respeitando-se os Direitos Autorais e o artigo 184 do Código Civil, tomando-se o cuidado para transcrever os textos em citações indiretas e diretas, colocando-se o nome dos autores, bem como nas citações indiretas, para não incorrer em plágio.

3 RESULTADOS

Nesta etapa do estudo faz-se uma análise da cartilha sobre a APVL, direcionada aos pais e educadores de alunos da educação infantil. Com o título “*Alergia a APVL – Vamos entender?*” a cartilha trata sobre a doença de maneira lúdica e de fácil compreensão para o público-alvo formado por pais e educadores de alunos intolerantes.

Trata-se de um material educativo e informativo, sendo uma ferramenta fundamental para informar educadores e pais sobre a condição específica de crianças que tem diagnóstico da APVL no sentido de conscientizá-los para a real necessidade de conhecer a doença e suas implicações na vida da criança.

O conteúdo da cartilha voltou-se para informações sobre conceitos, sintomas, legislação, substâncias que indicam a presença de leite nos alimentos, informações seguras sobre os impactos da APVL na vida da criança, alimentos substitutos, dentre outros aspectos.

Cuidou-se em elaborar uma cartilha com uma linguagem acessível, ilustrativa e informativa, expondo os direitos das crianças e as medidas de garantia desses direitos, bem como de que forma as políticas públicas podem contribuir com os direitos das crianças com alergia à PLV no âmbito escolar. Todo o material apresenta-se em 13 páginas;

A cartilha esclarece que o tratamento adequado da intolerância à lactose dá-se através da alteração dos hábitos alimentares, com a remoção total ou parcial do leite e seus derivados, a fim de reduzir os sintomas causados pela dificuldade de digestão do dissacarídeo (Oliveira *et al.*, 2025).

A identificação dos elementos textuais da cartilha educativa foi realizada através de seleção de publicações encontradas em plataformas na internet como Manuais de Nutrição, Modelos de Cartilha do Ministério da Saúde, Sites de Nutrição, publicações como periódicos, todos em língua materna, cujo conteúdo continham o contexto exigido para elaborar a cartilha.

Todo o processo de elaboração da cartilha educativa teve a participação desta acadêmica e da professora orientadora desta pesquisa, aonde buscou-se teorias e modelos semelhantes para orientar o processo de criação do *layout*, linguagem, dentre outros. Obedeceu-se a um cronograma de ações sistematizando as etapas envolvidas (Quadro I).



Quadro 1 – Cronograma de Sintetização das etapas de elaboração da cartilha

Etapas	Sistematização das etapas
Etapa 1	Encontro com a professora orientadora para discussão sobre a elaboração da Cartilha Educativa sobre APVL e escolha do público-alvo
Etapa 2	Busca e seleção de textos e publicações de modelos de cartilha . Visita a documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Educação, Revistas de Nutrição, Manuais, etc.
Etapa 3	Desenvolvimento da cartilha educativa
Etapa 4	Análise do conteúdo da cartilha pela professora\ orientadora, aonde foram acrescentados correções e acréscimos
Etapa 5	Finalização da cartilha educativa

Fonte: Autoria própria, 2025

A primeira etapa, correspondeu ao desenvolvimento da cartilha educativa com elementos textuais previamente pesquisados, analisados e organizados em tópicos. Elencou-se, após leitura e organização do material, os itens relevantes para compor o contexto da cartilha, e, em seguida, procedeu-se com a organização da capa e título da mesma, assim como a parte introdutória.

A segunda etapa constou da seleção de 04 publicações sendo 1 artigo científico e 3 modelos de cartilha educativa conforme Quadro 2 seguir:

Quadro 2 – Seleção de textos e modelos de cartilha utilizados

AUTOR(ES) \ ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO
Navarro, Meylem; Lopes, Carla Oliveira; Pereira, Lúcia (2024)	Quando o alimento deixa de ser um aliado – alergia alimentar: um projeto de intervenção escolar.
Backes, Dirce Stein et al (2024)	Elaboração de cartilha educativa: orientações para a gestação, parto e puerpério
Machado, Andressa Miranda <i>et al</i> (2015)	Cartilha de orientações nutricionais para a comunidade escolar
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), (2017).	Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais

Após a leitura das publicações e dos modelos escolhidos para nortear a construção do material educativo passou-se à construção do texto. O esboço inicial da cartilha deu-se na etapa 3, momento de criação do conteúdo para cada item, bem como as ilustrações que fariam parte do corpo do material. Procedeu-se com a leitura dos artigos e dos modelos, elaborando-se a minuta ou boneco da cartilha.

Em seguida o material foi enviado a um profissional de design para confecção do material, definindo o layout e diagramação. A cartilha foi desenvolvida no software Power point e depois de finalizada foi convertida em PDF. Utilizou-se as fontes Arial, Arial Black, Aptos Display e ilustrações lúdicas para facilitar a compreensão e o interesse de pais e alunos na leitura.

A etapa 4 deu-se com a apreciação da orientadora aonde foram feitas correções e alterações.

Como acréscimos e direcionamento para a elaboração dos resultados.

A capa da cartilha foi confeccionada com fundo na cor cinza, detalhes coloridos e uma figura lúdica de alimentos contendo leite e derivados. As figuras da capa da cartilha estão com expressão de medo, sugerindo algo ruim e temido (Figura 1).

Figura 1 – Capa da cartilha

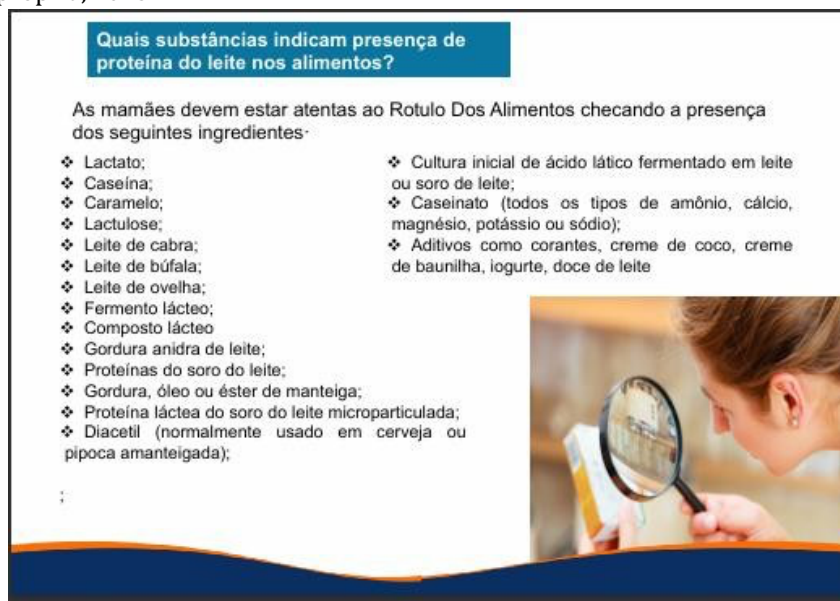


Fonte: A autora, 2025

As páginas seguintes destacam itens fundamentais voltados para orientar e esclarecer pais e alunos sobre o que é APVL, sintomas, implicações, diferenças entre alergia e tolerância, sintomas. Na página 7, por exemplo, destaca-se tipos de alimentos que podem conter substâncias com presença de proteína do leite (Figura 2), atentando-se para leitura dos rótulos, e como procurar ajuda. Todo o conteúdo é ilustrado com figuras sugestivas e explicativas.

Figura 2 – Substâncias que indicam presença de proteína do leite nos alimentos

Fonte: Autoria própria, 2025



A etapa 5, finalização - a cartilha educativa foi concluída após as correções, acréscimos e normalização do texto. Em seguida foi aprovada pela professora\orientadora, que determinou inclui-la ao final do TCC, na sessão de anexos.

A cartilha educativa, terá grande contribuição para o público-alvo a que foi direcionada, pretendendo-se contribuir e promover melhor esclarecimentos sobre a alergia à proteína do leite, prevenindo agravos e trazendo melhorias na qualidade de vida de crianças em idade da pré-escola.

3 DISCUSSÃO

Promover materiais educativos que orientem o conhecimento sobre determinada patologia, com informações precisas e simples, são fundamentais para que haja melhor compreensão de doenças crônicas, muitas vezes desconhecidas da população. É necessário manter o foco na família da criança com APVL, pois, é nesse contexto que a criança deve ser cuidada e orientada a alimentar-se corretamente, sem prejuízos para sua saúde e sem implicações para sua vida (Navarro; Lopes; Pereira, 2024).

No caso de crianças com APVL, a confecção de materiais educativos como as cartilhas, garantem acesso a informações importantes, unindo teorias e práticas para ajudar a família e a criança no reconhecimento de alimentos que devem ou não consumir, e como substituir os alimentos alergênicos (Solé *et al.*, 2018).

É fundamental investir em comunicação e educação em saúde para capacitar profissionais na disseminação de conhecimentos sobre alimentação e nutrição. A prática alimentar adequada deve ser adaptada às necessidades biológicas, socioculturais e às fases da vida, sendo acessível e sustentável. Reconhecer e atender às necessidades alimentares especiais, decorrentes de condições de saúde específicas, é essencial para garantir o bem-estar. Em resumo, a promoção da alimentação adequada e saudável é uma abordagem integrada que considera a interconexão entre saúde, sociedade e meio ambiente, visando melhorar a qualidade de vida e promover escolhas alimentares conscientes (Ministério da Saúde, 2013).

É fundamental o uso de linguagem adequada, simples, de fácil entendimento, pois esse é um item fundamental para a eficácia desses materiais, pois influencia em melhor compreensão do conteúdo pelo leitor.



Uma linguagem clara, acessível e apropriada ao público-alvo é essencial para garantir o sucesso do processo educativo. A linguagem desempenha um papel significativo na promoção da comunicação efetiva e na facilitação do entendimento, contribuindo para o êxito das ações educativas e para a disseminação acessível e compreensível de informações relevantes (Almeida, 2017, p. 16)

No âmbito da educação em saúde, a utilização de recursos visuais demonstra-se crucial para transmitir informações de maneira clara e acessível, contribuindo assim para o alcance dos objetivos educativos propostos. Trata-se de recursos fundamentais para garantir que o público-alvo se interesse pela leitura e compreenda melhor o conteúdo apresentado. A capacidade de assimilar informações de maneira clara e visualmente atraente pode contribuir significativamente para o envolvimento ativo das crianças no processo de aprendizado sobre sua condição, promovendo, assim, uma abordagem mais eficaz no cuidado e na gestão de doenças crônicas na infância (Silva *et al.*, 2021).

A APVL é um problema que desafia tanto doentes, família e os profissionais de saúde, principalmente os profissionais que atuam na escola, como professores e profissionais da merenda escolar. Por isso, é essencial que haja capacitação desses profissionais, assim como da comunidade, aumentando o conhecimento teórico e prático sobre o reconhecimento da doença e suas implicações (Nvarro; Lopes; Pereira, 2024).

3 CONCLUSÃO

No ambiente escolar, a garantia da criança ter uma alimentação adequada às suas necessidades se faz fundamental uma vez que crianças em idade da pré-escola, são vulneráveis a apresentar sintomas graves que contribuem para a exclusão escolar, absenteísmo dentre outros.

Concluiu-se que com a elaboração da cartilha educativa com o tema APVL, pais e professores de alunos da educação infantil, terão a concretização de uma informação precisa e segura sobre a temática, sendo fundamental disponibilizar o material, tanto na forma impressa quanto virtual, contribuindo positivamente para a transformação de hábitos alimentares, tanto no ambiente escolar quanto junto à família.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. **As instituições particulares de solidariedade social: governação e terceiro setor.** Coimbra: Almedina, 2017

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 424, de 19/03/2013.** Redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas (republica da). Diário Oficial da União 2013; 28 maio.

FROTA, M. C.; COSTA, R. A. Segurança alimentar nas escolas: estratégias para o atendimento de crianças com restrições alimentares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. 1-12, 2020.

LARANJEIRA, Tania Lopes. **Desafios da alimentação escolar para alunos com necessidades alimentares especiais: uma revisão da literatura.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao centro acadêmico da Faculdade AGES de Jacobina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Nutrição., Jacobina (BA), 2022.



MELO, A. S.; SILVA, J. F. Desafios na inclusão escolar de crianças com APLV: o papel do nutricionista e do pedagogo. **Revista de Nutrição e Educação**, v. 15, n. 1, p. 33-45, 2021.

NAVARRO, Meylem; LOPES, Carla Oliveira; PEREIRA, Lúcia. Quando o alimento deixa de ser um aliado – alergia alimentar: um projeto de intervenção escolar. **AIMGF Magazine**, v. 14, nº 2, dez. de 2024.

OTTONI, Isabela Cicaroni; DOMENE, Semiramis Martins Álvares; BANDONI, Daniel Henrique. Educação Alimentar e Nutricional em escolas: uma visão do Brasil. **Revista DEMETRA**, Rio de Janeiro, v. 14, 2019.

SILVA, Antonio Rafael da *et al.* Utilização de ferramentas audiovisuais para educação em saúde na atenção primária Saúde.com. v.17, n.4, 2021.

SOLÉ, Dirceu *et al.* Consenso Brasileiro sobre a Alergia Alimentar: 2018 – Parte 1 – Etiopatogenia, clínica e diagnóstico. Documento conjunto elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Alergia e Imunologia. **Arq Asma Alerg Immunol.** v. 2. n 1, 2018.